

## OPINIÃO

## Qual a sua opinião sobre as cotas para negros e índios nas universidades federais?

**Jerson Carús Guedes, 44 anos, professor do departamento de Defesa Fitossanitária.**



“Como instrumento promotor de equalização das oportunidades as cotas seriam perfeitas, se de fato, promovessem a igualdade das chances das pessoas de origem indígena e negra de chegarem à universidade. Mas ao que me parece, o problema não está na questão da origem ou da cor da pele das pessoas, e sim no poder aquisitivo. A oportunidade é negada ou reduzida na medida em que tu és pobre, que tu estudas em instituições que te preparam pior e, que, a tua família é incapaz de se sustentar e tu tens que entrar no mercado de trabalho e muitas vezes abandonar o estudo. As cotas corrigiriam mais as desigualdades se dessem oportunidades para quem não tem condições financeiras. A qualificação do ensino público desde o ensino fundamental seria outra ferramenta importante nessa questão da inclusão”.

**Orcial Ceolin Bortolotto, 24 anos, mestrando em Agronomia.**

“Eu vejo poucas pessoas negras na universidade. Na minha turma da faculdade eu era o único negro e isso é geral, principalmente nos centros mais elitistas. O problema é que essa medida (a das cotas) não vai acabar com a deficiência que está no ensino básico, onde começa toda a educação. Não sou contra as cotas, mas acho que não é a melhor saída, mesmo não sabendo que outra metodologia poderia ser usada para inserir esse pessoal que é “discriminado” na universidade”.

**Gilmar Goulart, professor do curso de Música.**

“Eu acredito que é um mecanismo que vai resgatar uma dívida de séculos com essas raças permitindo o acesso ao ensino superior. Eu preferiria que a educação desde o pré-primário fosse prioridade para todos os governos em nível municipal, estadual e federal e que negros, índios, brancos tivessem acesso à educação gratuita e de qualidade e pudessem escolher fazer uma faculdade ou não. Se as cotas realmente permitirem que os filhos de favelados, aquelas crianças que têm poucas chances de estudar cheguem a uma faculdade, o que hoje praticamente é impossível, pois você tem que ter dinheiro para pagar um cursinho, aí sim será feito esse resgate. Mas, o ensino deveria ter qualidade desde o princípio”.



Docentes aprovaram medidas críticas em relação ao governo

# Crítica cerrada ao governo durante Congresso

Houve um tempo em que Lula e o seu partido, o PT, eram tratados com muita simpatia pelos servidores públicos e no meio universitário. Nos dias atuais, depois da Reforma da Previdência, da Reforma Universitária e de muitos escândalos, essa postura mudou radicalmente. Em 2005, no Congresso do ANDES em Curitiba, o embate já havia sido duro, com a saída do sindicato das hostes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esse ano, o tom das críticas ao governo federal se amplificou. Mesmo temas como as cotas para negros e índios foram muito atacados e, para alguns, considerada uma medida “populista”.

A síntese do 25º Congresso está na “Carta de Cuiabá”, que apontou a necessidade de resistir às investidas dos projetos governamentais, que no entendimento do Movimento Docente jogariam o ensino superior cada vez mais nos braços do setor pri-

vado. O financiamento público, tema geral do encontro, é considerado fundamental para garantir o modelo de universidade pública, gratuita e de qualidade existente no país. Por isso, também, a justificativa da ofensiva que foi iniciada contras as “fundações de apoio” privadas. (Ver página 04)

O ponto central das críticas se refere à política econômica do governo. Conforme o documento extraído do encontro de Cuiabá, “os docentes denunciaram as ações criminosas que vêm sendo perpetradas pelo governo que esmagam a maioria da população brasileira e ampliam a pobreza e a miséria. Isso se dá pela subtração e sonegação de recursos destinados à educação, à saúde, à seguridade social, à moradia e à reforma agrária para pagar os juros da dívida interna e externa, submetendo o país às exigências dos organismos internacionais.”

**“Docentes denunciaram ações do governo”**

## Momento deve ser de “unidade” e “resistência”

Desde a desfiliação da CUT, em 2005, setores do Movimento Docente pregam uma aproximação com a Coordenação de Lutas (Conlutas). No 25º Congresso a discussão veio à tona e, acabou vencendo a não vinculação a essa entidade, bem como a posição contrária dos congressistas de que a Conlutas se transforme em central sindical. A opção aprovada em Cuiabá é de que o ANDES “reafirme sua disposição em empenhar-se na construção de um pólo de resistência sindical e popular ao conjunto das políticas neoliberais do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.”

Foi aprovado ainda no Congresso, que o Sindicato “continue, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a Coordenação Nacional dos Servidores (CNEFS), a CONLUTAS, a Assembléia Nacional Popular e de Esquerda, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas neoliberais do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária e em todos que estejam buscando a

reorganização da classe trabalhadora.” Outro ponto polêmico em relação à Conlutas era de que, no Congresso que ocorrerá, se o ANDES deveria participar com delegados ou com observadores. A decisão foi para que o Sindicato “participe como observador do Congresso da CONLUTAS apresentando documento que argumentará sobre a inoportunidade da sua transformação em entidade formal, defendendo o método do chamamento à unidade de todas as forças dispostas a construir um pólo com base nos princípios da democracia, da autonomia e da independência de classe que tenha um programa mínimo aglutinador e que seja capaz de cumprir papel protagonista nas lutas sociais.”

**REPÚDIO-** A relação entre governo e sindicatos também foi bastante criticada e teve essa análise crítica divulgada no relatório final do Congresso. Diz o texto aprovado que é preciso “repudiar toda forma de ação sindical colaboracionista a serviço da divisão da classe trabalhadora, em particular a que vem sendo tentada em sua base.” Ressalta ainda que é preciso também “repudiar toda arbitrariedade do governo e patrões em relação à organização sindical dos professores e à sua liberdade de organização”.